



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO BRASILEIRA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ESEQUIEL FIRMO COSTA NETO

**OS DESAFIOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS
HÍDRICOS DE PIQUET CARNEIRO NO PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO**

PIQUET CARNEIRO – CE

2017

ESEQUIEL FIRMO COSTA NETO

**OS DESAFIOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS
HÍDRICOS DE PIQUET CARNEIRO NO PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração Pública.

Orientador(a): Marcone Venâncio da Silva

PIQUET CARNEIRO - CE

2017

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

C872e Costa Neto, Esequiel Firmo.

Os desafios da secretaria de infraestrutura e recursos hídricos de Piquet Carneiro no processo de captação de recursos federais para o município. / Esequiel Firmo Costa Neto. – Piquet Carneiro, 2017.

27 f. ; 30 cm.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Me. Marcene Venâncio da Silva.

Inclui tabelas e referências.

1. Desenvolvimento de recursos hídricos. I. Título.

CDD 333.91

ESEQUIEL FIRMO COSTA NETO

**OS DESAFIOS DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS
HÍDRICOS DE PIQUET CARNEIRO NO PROCESSO DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS FEDERAIS PARA O MUNICÍPIO**

Monografia julgada e aprovada para obtenção do Diploma de Graduação em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

Aprovada em ___/___/_____.

Nota: _____

Banca Examinadora:

Prof. Me. Marcone Venâncio da Silva (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Danyelle de Lima Teixeira

Prof^a. Dr^a. Viviane Maia Carvalho

RESUMO

COSTA NETO. Esequiel Firmo. Os desafios da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Piquet Carneiro no processo de captação de recursos federais para o município, 2016. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Administração Pública) – Pólo de EaD de Piquet Carneiro-Ce, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia AfroBrasileira, Piquet Carneiro-Ce, 2016.

Este trabalho visa analisar as atividades da Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Piquet Carneiro, relativas ao processo de captação de recursos federais para o município. Além de relatar acerca das linhas de captação de recurso do governo federal para prefeituras e explicar as etapas desse processo. Essa pesquisa foi desenvolvida seguindo uma metodologia exploratória por meio de observação assistemática, que possibilitou identificar as atribuições e as principais características da instituição, bem como, os principais fatores que dificultam ou impedem a captação de recursos na instituição. Com base nessas informações e na literatura estudada, propõe ações para garantir sua efetividade nesse processo, destacando a importância de uma equipe técnica capacitada para a elaboração de projetos

Palavras-chave: Captação de recursos. Administração pública. Elaboração de projetos.

ABSTRACT

This work aims to analyze the activities of the Secretariat of Infrastructure and Water Resources of Piquet Carneiro, related to the process of raising federal resources for the municipality. In addition to reporting on the lines of funding of the federal government for municipalities and explain the steps of this process. This research was developed following an exploratory methodology through an asymptomatic observation, which allowed to identify the attributions and main characteristics of the institution, as well as the main factors that hinder or impede fundraising in the institution. Based on this information and the literature studied, it proposes actions to guarantee its effectiveness in this process, highlighting the importance of a technical team qualified for the elaboration of projects.

Keywords: Fundraising. Public administration. Projects elaboration.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Lista das principais transferências constitucionais.....	10
Tabela 2- Lista das principais transferências legais.....	11

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO.....	7
1.1.	Problema de pesquisa.....	8
1.2.	Objetivos.....	8
1.2.1.	<i>Objetivo geral</i>	8
1.2.2.	<i>Objetivos específicos</i>	8
1.3.	Justificativa.....	9
2.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	10
2.1.	Modalidades de transferência de recursos da União para municípios.....	10
2.1.1.	<i>As Transferências Constitucionais</i>	10
2.1.2.	<i>As Transferências Legais</i>	11
2.1.3.	<i>As Transferências Voluntárias</i>	12
2.1.3.1.	<i>Convênios</i>	12
2.1.3.2.	<i>Contrato de repasse</i>	13
2.2.	As etapas do processo de captação de recursos federais.....	13
3.	METODOLOGIA.....	17
4.	RESULTADOS.....	19
4.1.	Histórico do município.....	19
4.2.	Informações geográficas.....	19
4.3.	Estrutura administrativa do município.....	19
4.4.	Caracterização do ambiente de pesquisa.....	20
4.4.1.	<i>Atribuições da Secretaria de Infraestrutura de Piquet Carneiro</i>	20
4.5.	O processo de captação de recursos na prefeitura de Piquet Carneiro.....	22
4.5.1.	<i>A participação da Secretaria de Infraestrutura na captação de recursos</i>	22
5.	CONSIDERAÇÕES.....	24
5.1.	Fatores que dificultam a elaboração de projetos.....	24
5.2.	Proposta para solução do problema.....	24
	REFERÊNCIAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

Em virtude da baixa arrecadação tributária, os municípios, sobretudo os de pequeno porte, não conseguem fazer frente às despesas com a prestação de serviços constitucionais como educação, saúde e saneamento, bem como, ficam impossibilitados de realizar, por conta própria, obras de pavimentação, esgoto sanitário, creches, postos de saúde, escolas municipais etc. Para que seja possível a realização dessas ações os municípios dependem dos repasses financeiros do Governo Federal e estadual. Tais repasses ocorrem através de três formas de transferência: transferências constitucionais, transferências legais e transferências voluntárias.

Este trabalho abordará a participação da Secretaria de Infraestrutura e os desafios enfrentados por ela no processo de captação de recursos por meio das transferências voluntárias, que são definidas no art. 25 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF), como a entrega de recursos correntes ou de capital a outro ente da Federação, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorra de determinação constitucional, legal ou os destinados ao Sistema Único de Saúde.

As transferências voluntárias são operacionalizadas por meio de dois instrumentos, quais sejam, convênio e contrato de repasse. A captação de recurso para obras de construção de prédios públicos, infraestrutura urbana, saneamento e habitação, via de regra, ocorrem por meio de contrato de repasse. Desses contratos constam os direitos e obrigações das partes, inclusive quanto à obrigatoriedade de prestação de contas perante o Ministério competente para a execução do programa ou projeto.

A Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do município realiza um trabalho de fundamental importância para a captação de recursos do Governo Federal. É o órgão responsável, no caso de contratos de repasse para custear obras, por assumir grande parte das obrigações contidas no contrato, mesmo que a obra seja de interesse específico de outros órgãos do município. No cumprimento de suas atribuições o órgão pesquisado, é incumbido de elaborar projetos técnicos de arquitetura e engenharia, inclusive elaboração de orçamento para calcular o valor necessário para custear tais obras.

A escolha da Secretaria de Infraestrutura para realizar esta pesquisa deve-se ao fato de eu trabalhar na referida instituição, o que me proporcionou maior facilidade para captar as informações necessárias para realizar tal estudo.

1.1 Problema de pesquisa

Visto que o processo para captar recursos da União por meio de transferências voluntárias é bastante complexo, sendo necessário a realização de amplo levantamento para identificar suas principais necessidades, definir as áreas que demandam investimento e estimar o valor dos recursos necessários para cada empreendimento. Quais os fatores que dificultam ou impedem a instituição pesquisada de elaborar os projetos necessários para atender toda a demanda do município?

1.2 Objetivos

Os objetivos deste trabalho serão descritos a seguir na forma de objetivo geral e objetivos específicos.

1.2.1 Objetivo geral

Identificar os principais fatores que dificultam ou impedem a captação de recursos públicos federais na Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos do Município de Piquet Carneiro.

1.2.2 Objetivos específicos

- Discorrer sobre as linhas de captação de recursos públicos federais para prefeituras;
- Explicar as etapas do processo de captação de recursos federais para execução de obras;
- Avaliar a efetividade da Secretaria de Infraestrutura do município de Piquet Carneiro para elaborar projetos para captar recursos do Governo Federal;
- Identificar quais os fatores que causam as dificuldades da Secretaria em atender a demanda de projetos;

1.3 Justificativa

Atualmente é comum vermos notícias relacionadas aos movimentos municipalistas que lutam por uma reforma tributária que fortaleça a arrecadação própria dos municípios, bem como, por mais repasses de recursos para os municípios. Considerando que é nos municípios que estão os problemas de educação, saúde, segurança, entre tantos outros e que para saná-los ou, pelo menos, amenizá-los os municípios necessitam de recursos federais, justifica-se a elaboração deste trabalho que demonstra os procedimentos necessários para captação de recursos federais e identifica as dificuldades enfrentadas pelo município pesquisado, além de sugerir formas de tornar o processo de captação de recursos mais eficiente e breve.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Modalidades de transferência de recursos da união para os municípios

Em virtude da hipossuficiência financeira dos municípios brasileiros, sobretudo os de pequeno porte, para custear as despesas com serviços de saúde, educação e com a execução de obras nas áreas de infraestrutura urbana, saneamento, esporte e habitação, tais despesas são pagas com recursos da União, isto é, a arrecadação tributária dos municípios não é suficiente para custear todas as despesas da administração municipal, portanto necessitam dos repasses oriundos da união. Esses repasses são divididos em diversas modalidades de transferência. “Os repasses de recursos federais a municípios são efetuados por meio de três formas de transferências: a) transferências constitucionais; b) transferências legais; c) transferências voluntárias.” (BRASIL, 2012, p.8)

2.1.1 As Transferências Constitucionais.

Transferências constitucionais são o rateio previsto na Constituição Federal, dos recursos arrecadados através de tributos federais ou estaduais, aos estados, Distrito Federal e municípios.

As transferências constitucionais correspondem às parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal e repassados aos municípios, conforme determinado na Constituição Federal. Dentre as principais transferências previstas na Constituição da União para os Estados, o Distrito Federal e os municípios, destacam-se: (BRASIL, 2012, p.8)

Tabela 1- Lista das principais transferências constitucionais

Sigla	Descrição
FPE	Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal
FPM	Fundo de Participação dos municípios
FPEX	Fundo de Compensação pela Exportação de Produtos Industrializados
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras
ITR	Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural

Fonte: Manual de obtenção de recursos federais para os municípios, BRASIL. Senado Federal, 2012.

2.1.2 As Transferências Legais

Os municípios também podem receber recursos do governo federal por outras formas de transferência. Existem repasses que não estão previstos na constituição, mas são definidos por leis específicas, são chamados de transferências legais.

As transferências legais são regulamentadas em leis específicas. Essas leis determinam a forma de habilitação, transferência, aplicação de recursos e prestação de contas. Há duas modalidades de transferências legais:

- a) as que não vinculam a aplicação dos recursos repassados a um fim específico;
- b) as que vinculam a aplicação dos recursos repassados a um fim específico. (BRASIL, 2012, p.8-9)

Quando se tratar de recursos que não haja destinação específica para sua aplicação, fica a cargo da gestão municipal decidir a para qual finalidade esses recursos serão destinados. Brasil (2012, p.9), cita como exemplo desse tipo de repasse, os royalties do petróleo, que são pagos, a título de indenização, aos municípios onde há extração do mineral, que recebem um percentual do valor do produto.

As transferências legais com aplicação vinculada a uma finalidade específica, vem sendo utilizadas para facilitar a execução de ações de grande interesse do governo, substituindo os convênios. Esse tipo de transferência facilita a execução de ações, pois uma vez habilitado o município passa a receber os recursos sem ser necessário apresentar documentação e enfrentar toda a morosidade dos procedimentos realizados nas transferências voluntárias.

Tratando-se de transferências legais com aplicação vinculada a um fim específico destacam-se entre as principais:

Tabela 2- Lista das principais transferências legais

Sigla	Descrição
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação

Fonte: Portal da Transparência, BRASIL. CGU.

2.1.3 As Transferências Voluntárias

Diferentemente das modalidades anteriormente citadas, as transferências voluntárias não são determinadas por lei ou pela constituição. Esses recursos são repassados aos municípios estados ou instituições sem fins lucrativos, como forma de contribuição para realização de ações previstas no OGU (Orçamento Geral da União).

As transferências voluntárias são repasses de recursos correntes ou de capital da União a estados, Distrito Federal, municípios e entidades privadas sem fins lucrativos a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira, que não decorram de determinação constitucional ou legal.

Os instrumentos para viabilizar as transferências voluntárias são: a) convênio; b) contrato de repasse; c) termo de parceria. (BRASIL, 2012, p.10-11)

2.1.3.1 Convênios

Quando há um objetivo comum entre órgãos públicos e outras instituições, sejam elas públicas ou privadas, forma-se uma parceria para a mutua colaboração. Para se oficializar essa parceria é celebrado um acordo que recebe o nome de convênio. Esse tipo de acordo ocorre quando, por exemplo, o governo federal tem em seu planejamento o objetivo de investir na melhoria da infraestrutura viária urbana, então os municípios interessados em melhorar o acesso e o deslocamento de seus moradores e visitantes pelas suas ruas, solicitam firmar um convênio.

Obviamente esses acordos preveem obrigações para ambas as partes. No caso acima exemplificado a união fica responsável pelo repasse dos recursos enquanto o município tem o dever de aplica-los conforme foi ajustado, além de prestar contas de forma sistemática dos gastos realizados.

O convênio é um acordo ou ajuste que regula a transferência de recursos financeiros de dotações consignadas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. O convênio deve ter como participantes, de um lado, órgão ou entidade da administração pública federal, direta ou indireta, e, de outro lado, órgão ou entidade da administração pública estadual, distrital ou municipal, direta ou indireta, ou ainda, entidades privadas sem fins lucrativos, visando a execução de programa de governo, envolvendo a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação (Portaria Interministerial nº127/2008, art. 1º, § 1º, VI).

2.1.3.2 Contrato de repasse

Semelhante ao convênio, o contrato de repasse também é utilizado para transferir recursos da união a outras esferas do governo, entretanto, no contrato de repasse há o intermédio de agências financeiras oficiais que atuam como representantes do Governo Federal na execução e fiscalização das transferências dos recursos federais.

Contrato de repasse é o instrumento utilizado para a transferência de recursos da União para Estados, Distrito Federal ou municípios, por intermédio de instituições ou agências financeiras oficiais federais, destinados à execução de programas governamentais. (BRASIL, 2012, p.11')

2.2 As etapas do processo de captação de recursos federais.

A obtenção de recursos federais, por meio de Transferências Voluntárias, requer dos municípios um grande esforço. A celebração de convênios e contratos de repasse é um processo bastante burocrático e complexo, que demanda grande capacidade de planejamento, integração entre diversos setores do município e disponibilidade de tempo para cumprir as várias etapas desse processo.

Segundo Brasil (2012, p.26), “A etapa inicial da Celebração é o levantamento das necessidades do município. O município deve verificar suas prioridades e determinar o que é possível realizar com recursos próprios e o que pode ser feito em parceria com a União. ”

Os processos de captação, embora possam parecer iniciativas relativamente simples, exigem o domínio de diversos conhecimentos, entre os quais destacamos: a capacidade para a elaboração de projetos, a realização de avaliações e construção de indicadores, disponibilidade de tempo para a realização de pesquisas e estudos, o tratamento de dados e a capacidade de dar-lhes a visibilidade necessária para que fundamentem as propostas e demonstrem a sua relevância em termos de impacto e alcance social. (PRATES et al., 2006, p.1).

Portanto é de fundamental importância o investimento, por parte do município, em profissionais qualificados e com conhecimento amplo na área de captação de recursos e elaboração de projetos, para aumentar suas chances de sucesso na busca por recursos extra.

O investimento na área da captação de recursos pode resultar numa ampliação significativa de possibilidades para a concretização de iniciativas que o poder local ou as entidades demandantes não teriam condições de

efetivar, sem apoio externo, seja este processo realizado a partir de assessorias ou da constituição de grupos de especialistas para dedicar -se a esta atividade. (PRATES et al., 2006, p.2).

Para celebrar convênios e contratos de repasse os municípios contam com uma importante ferramenta disponibilizada pelo Governo Federal, o Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV. Segundo o Art. 3º da PI nº 27/2008, os atos e os procedimentos relativos à formalização, execução, acompanhamento, prestação de contas e informações acerca de tomada de contas especial dos convênios, contratos de repasse e termos de parceria serão realizados no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, aberto à consulta pública, por meio do Portal dos Convênios.

Assim, do ponto de vista do usuário, a operacionalização de convênio e contrato de repasse está centralizada em um único sistema, o SICONV, independentemente do órgão concedente. Além disso, o sistema está aberto a consulta pública por meio do Portal dos Convênios (www.convenios.gov.br), objetivando a promoção da transparência. (BRASIL, 2012, p.16)

Após a realização do levantamento de suas necessidades, os municípios precisam descobrir se há, no Orçamento Geral da União – OGU, previsão orçamentária para transferir recursos aos municípios, se os programas disponíveis atendem às necessidades do município e ainda se o município pode ser contemplado pelo programa.

Tratando se de destinação de recursos federais há duas situações em que o município pode ser beneficiado:

- a) o município foi contemplado no Orçamento Geral da União, seja por meio da proposta do Poder Executivo, seja por meio de emenda parlamentar. Dessa forma, o município está nominalmente contemplado em uma dotação específica do orçamento federal;
- b) o município não foi, explicitamente, contemplado no Orçamento Geral da União, mas o programa pretendido destina recursos para a região ou Estado no qual se localiza o município e prevê a aplicação por meio de órgão ou entidade municipal.(BRASIL, 2012, p.27-28)

Para que o município possa ser beneficiado com os recursos provenientes da união por meio de transferências voluntárias é necessário que o próprio município tome iniciativa de busca-los, seja por meio do apoio de seus representantes parlamentares, solicitando emendas ao orçamento, ou buscando através do SICONV, os programas disponibilizados por iniciativa do poder executivo.

Em se tratando de captação de recursos junto ao Governo Federal é importante manter uma equipe proativa que busque diariamente junto ao SICONV as liberações desses programas e que tenha a capacidade de dar andamento ao processo de maneira a obedecer todos os requisitos exigidos pelos órgãos concedentes. (GIOVANNI, 2011, p.6)

O Portal dos Convênios é a interface do município com o SICONV. Por meio do Portal, o município pode obter informações sobre as ações passíveis de execução por convênio e contrato de repasse. A divulgação de programas é um procedimento obrigatório para os órgãos e entidades concedentes. (BRASIL, 2012, p.16-17)

Após a descoberta de programas que disponibilizem recursos que atendam às necessidades do município, é chegada a hora de enviar a proposta ao órgão concedente, e isso é feito via SICONV.

Também, é por meio do Portal que o município cadastra a proposta de trabalho, registra as informações sobre as licitações e contratações, efetiva os pagamentos e insere as informações sobre a execução físico-financeira e a posterior prestação de contas. (BRASIL, 2012, p. 17)

A proposta a ser cadastrada no SICONV deve apresentar riqueza de informações com o intuito de possibilitar que, ao analisá-la, a concedente tenha condições de atestar a viabilidade do objeto do convenio ou contrato de repasse que se pretende celebrar.

As propostas – estejam elas no nível de cartas-consultas ou já desenvolvidas como projetos – devem viabilizar que os parceiros ou técnicos que as estão analisando tenham clareza quanto à viabilidade efetiva de sua realização, considerando aspectos políticos, técnicos e financeiros e possam, a partir de sua síntese, perceber o movimento metodológico necessário à sua consecução. Falamos em visibilidade e viabilidade; resta destacar ainda a pertinência ou adequação da proposta ao contexto do grupo de mandatário e, por fim, sua legitimidade, dada pela relevância social de suas possibilidades de impacto e pela participação dos atores que estão envolvidos no processo. (PRATES et al., 2006, p.1-2).

Segundo o Manual de inclusão e envios de propostas do SICONV, a concedente pode exigir que o proponente apresente o plano de trabalho no ato do cadastramento da proposta. O plano de trabalho é composto pelos seguintes itens: Cronograma Físico, Cronograma de Desembolso e Plano de Aplicação Detalhado.

3 METODOLOGIA

O presente estudo pode ser classificado, com base nos seus objetivos, como pesquisa exploratória. Segundo Selltz et. al. (1967, p.63 apud GIL, 2002, p. 41), este tipo de pesquisa tem como objetivo proporcionar maior intimidade com o problema e na maioria dos casos envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que "estimulem a compreensão".

Com relação aos procedimentos técnicos utilizados, pode-se classificar este trabalho como estudo de caso. Segundo Gil (2002) este procedimento consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, é utilizado com o propósito de explicar as variáveis causais de determinado fenômeno em situações muito complexas que não possibilitam a utilização de levantamentos e experimentos.

Inicialmente foi realizada uma pesquisa bibliográfica com base em trabalhos acadêmicos, arquivos científicos, publicações de instituições governamentais e *sites* da internet, que contribuíram para o embasamento teórico deste trabalho.

Segundo Gil (2002, p. 44) "A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. "

Posteriormente foi realizada pesquisa de campo na prefeitura de Piquet Carneiro, mais especificamente na Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, desenvolvida seguindo uma metodologia exploratória por meio de observação assistemática.

A técnica da observação não estruturada ou assistemática, também denominada espontânea, informal, ordinária, simples, livre, ocasional e acidental, consiste em recolher e registrar os fatos da realidade sem que o pesquisador utilize meios técnicos especiais ou precise fazer perguntas diretas. É mais empregada em estudos exploratórios e não tem planejamento e controle previamente elaborados. (LAKATOS, MARCONI 2003, P. 192).

Segundo Rudio (apud LAKATOS, MARCONI 2003, P. 192), o que caracteriza a observação assistemática "é o fato de o conhecimento ser obtido através de uma

experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados e que meios utilizar para observá-los”.

4 RESULTADOS

4.1 Histórico do município

O município de Piquet Carneiro surgiu a partir de um pequeno povoado, que primitivamente foi denominado Jirau. Jirau trata-se de uma espécie de estiva ou leito de varas elevado do solo sobre forquilhas e destinado a guardar louças, panelas, pratos e etc. O povoado foi se formando ao longo dos tempos às margens da estrada de ferro.

A antiga povoação de Jirau recebeu a categoria de distrito, anexo ao município de Senador Pompeu, no ano de 1938 o distrito de Jirau passou a ser denominado Piquet Carneiro, assim se conservou até ser elevado a município, fato que ocorreu em 12 de julho de 1957.

A denominação Piquet Carneiro foi adotada em honra do Engenheiro Bernardo do Piquet Carneiro, que dirigiu a Rede de Viação Cearense. Chefiou a comissão encarregada de concluir o Açude Cedro em Quixadá e construir outros Açudes públicos no Ceará.

Inicialmente o Município era constituído de dois distritos: Piquet Carneiro (sede) e Ibicuã. No ano de 1988 é criado distrito de Mulungu e anexado ao município de Piquet Carneiro e em 1995 uma lei municipal cria o distrito de Catolé da Pista.

4.2 Informações geográficas

Piquet Carneiro é um dos 184 municípios do estado do Ceará, fica localizado na região Sertão Central do estado, sua população estimada no ano de 2016, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) é de 16.599 habitantes e possui uma extensão territorial de 587.877km². O município limita-se ao Norte com o município de Senador Pompeu a Leste com Dep. Irapuan Pinheiro, ao Sul com Acopiara e a Oeste com o município de Mombaça.

4.3 Estrutura administrativa do município

De acordo com informações colhidas na página oficial do município na internet, A administração pública municipal é composta pelo Gabinete do Prefeito e por 8 (oito) secretarias: Secretaria Municipal de Administração e Finanças, Secretaria Municipal

de Agricultura Familiar, secretaria Municipal de Assistência Social, Secretaria Municipal de educação e Cultura, Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal do Tesouro Municipal.

4.4 Caracterização do ambiente de pesquisa

A sede administrativa da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Recursos Hídricos de Piquet Carneiro está localizada na Av. Alfredo Fernandes Franco, no centro da cidade. Trata-se de uma estrutura pequena e conta, além do secretário, com 8 (oito) servidores que desempenham funções técnicas e administrativas e 1 (um) engenheiro civil terceirizado. A instituição não possui em seu quadro de funcionários profissionais graduados como topógrafo, engenheiro civil ou arquiteto. Os serviços técnicos de topografia, engenharia e arquitetura como elaboração de projetos e fiscalização e acompanhamento de obras, são terceirizados.

4.4.1 Atribuições da Secretaria de Infraestrutura de Piquet Carneiro

- Coordenar todas as obras públicas realizadas diretamente pela Prefeitura e promover a fiscalização das executadas sob regime de empreitada;
- Articular-se com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças para a elaboração do programa de obras públicas do Município;
- Promover a elaboração dos orçamentos relativos aos projetos e obras públicas municipais;
- Promover a execução de desenhos, mapas, plantas, gráficos, levantamentos topográficos e demais trabalhos necessários à realização das obras públicas;
- Providenciar o fornecimento de dados à Secretaria Municipal de Administração e Finanças sobre os custos de obras públicas realizadas pela própria Secretaria ou em regime de empreitada;
- Assessorar o Prefeito e todos os órgãos municipais na formulação de políticas e na implementação das ações de competência municipal sobre urbanismo, habitação e trânsito de interesse do Município;
- Participar de estudos relativos a zoneamento e a uso e ocupação do solo;
- Fazer aplicar as normas relativas a edificações particulares e a posturas municipais;

- Assinar alvarás de licença para construções particulares, demolições de prédios, construções de muros, projetos de construções particulares e outros casos que digam respeito às finalidades da Secretaria;
- Assinar os habite-se de construções novas ou reformadas;
- Promover emplacamento dos logradouros públicos;
- Promover a execução das vistorias que julgar necessárias a segurança e salubridade pública, bem como ao esclarecimento dos processos em que tenha de proferir despachos;
- Definir uma política habitacional que permita melhorar as condições de moradia da população;
- Promover e participar de estudos visando a atualização e a revisão dos Códigos de Obras e de Posturas, das normas de zoneamento, loteamento e construções particulares;
- Empreender estudos, em articulação com os órgãos do Estado, sobre a organização do trânsito no perímetro urbano e promover a implantação dos planos de sinalização;
- Assessorar o Prefeito nos assuntos relativos à prestação de serviços urbanos de natureza local;
- Promover estudos visando a racionalização dos serviços urbanos sob sua responsabilidade;
- Promover a realização dos serviços de limpeza urbana, estabelecendo o alcance e os limites da área de operação;
- Promover a apuração do custo dos serviços públicos sob sua direção e, em articulação com a Secretaria Municipal de Administração e Finanças, propor ao Prefeito, sempre que necessário, a fixação ou atualização de taxas e tarifas;
- Programar e supervisionar a execução das atividades de reparos, melhoria e conservação de estradas, caminhos municipais e vias urbanas;
- Promover a realização dos serviços de manutenção dos sistemas iluminação pública e eletrificação rural, no seu âmbito de atuação;
- Determinar as normas e padrões técnicos relativos aos serviços de arborização e manutenção de praças e jardins;
- Promover a administração de obras de pequeno porte relativas a conservação e manutenção de praças, parques e jardins;

- Promover a administração geral dos cemitérios;
- Promover a distribuição e o controle de utilização de máquinas e equipamentos mecânicos usados nos serviços sob sua responsabilidade;
- Orientar e supervisionar a execução dos serviços públicos dos órgãos mantidos pelo Município;
- Conduzir outros trabalhos relacionados com seu campo de atuação ou que lhe sejam determinados pelo Prefeito. (PIQUET CARNEIRO (Município). Secretaria de Infraestrutura).

4.5 O processo de captação de recursos na prefeitura de Piquet Carneiro

Na prefeitura de Piquet Carneiro o processo de captação de recursos ocorre de forma descentralizada. Vários órgãos do município estão envolvidos nesse processo além de escritórios de assessoria que dão suporte técnico ao município.

O município conta com assessoria técnica terceirizada responsável pela identificação, junto ao SICONV, de liberações de programas e políticas públicas do Governo, visando à obtenção de recursos, bem como pelo cadastro de propostas e alimentação do sistema com as demais exigências dos órgãos concedentes, como envio de plano de trabalho, projetos e prestação de contas visando proporcionar a regular execução dos convênios após sua celebração.

Além dos que são repassados por meio de convênios e contratos de repasse o município capta recursos para execução de obras por meio de transferências do tipo fundo a fundo provenientes do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e do Ministério da Saúde. A consulta à disponibilidade desses programas e o cadastro de propostas são de responsabilidade das respectivas secretarias.

4.5.1 A participação da Secretaria de Infraestrutura na captação de recursos

A Secretaria de Infraestrutura e Recursos Hídricos, é responsável pela elaboração de projetos técnicos de arquitetura e engenharia. Os projetos são solicitados pelo próprio prefeito ou por outras secretarias, essa solicitação, geralmente, ocorre após as propostas serem encaminhadas aos órgãos federais que disponibilizam os recursos e aprovadas por eles ou após a confirmação da aprovação de emendas parlamentares que beneficiem o município.

A partir de então cabe a Secretaria tomar todas as providências necessárias para que os projetos sejam elaborados e entregues dentro dos prazos estipulados pelo órgão concedente sob pena do município ser impedido de receber o recurso.

Como as propostas de trabalho são cadastradas antes da elaboração do projeto e, conseqüentemente, do orçamento, não é possível mensurar com precisão o valor necessário para executar o empreendimento, portanto, no ato do cadastro da proposta, são informados valores com base em estimativas. Dessa forma os projetos precisam ser elaborados de maneira que se ajustem aos recursos disponíveis.

5 CONSIDERAÇÕES

5.1 Fatores que dificultam a elaboração de projetos

Tendo em vista os procedimentos sugeridos por Brasil (2012) observa-se que a instituição pesquisada contraria a ordem do cronograma, indicado pelo autor como ideal para realizar o processo de captação de recursos. Diante do exposto podemos deduzir que a dinâmica de trabalho adotada pela administração local tende a dificultar desempenho da Secretaria de Infraestrutura comprometendo assim sua eficiência na elaboração de projetos técnicos para a captação de recursos.

O fato de o projeto ser solicitado à secretaria somente após a aprovação da proposta dificulta significativamente sua elaboração vista ser um trabalho que demanda muito tempo. A elaboração de um projeto em um período de tempo limitado, compromete sua qualidade e observação a detalhes necessários à sua aprovação, tendo que, após a análise, pelos órgãos concedentes ou pela instituição mandatária, serem reformulados para atender as exigências das concedentes. Isso compromete a celeridade do processo adiando a liberação dos recursos e conseqüentemente a execução da obra.

O fato do valor da proposta ser informado antes da elaboração do projeto dificulta a atuação da Secretaria de Infraestrutura, visto que os projetos precisam ser elaborados de maneira que se ajustem aos recursos disponíveis e não a atender às reais necessidades da população. Para adequar o orçamento do projeto ao recurso disponível, muitas vezes é necessário realizar ajustes nos projetos que limitam a funcionalidade da obra.

Vale ressaltar que embora a metodologia de trabalho adotada pelo município dificulte o trabalho da secretaria, não foi observado durante o período da atual gestão municipal, impedimento de captação de recursos ocasionado por falhas ou ausência dos projetos de responsabilidade da referida instituição.

5.2 Proposta para solução do problema

Segundo Brasil (2012, p.27) “A etapa inicial da Celebração é o levantamento das necessidades do município. O município deve verificar suas prioridades e

determinar o que é possível realizar com recursos próprios e o que pode ser feito em parceria com a União”.

Para evitar os problemas causados pela limitação de tempo para elaboração dos projetos bem como as divergências dos valores informados no cadastramento das propostas com os valores realmente necessários para a execução dos empreendimentos, é necessário inicialmente realizar um levantamento detalhado das necessidades do município para definir quais áreas carecem de investimentos. Esse levantamento possibilitaria a definição das prioridades do município. Para isso seria necessário contratar mais profissionais, topógrafo, engenheiro, arquiteto, formando uma equipe multiprofissional capaz de definir a melhor solução para cada problema e a elaborar os respectivos projetos. Dessa forma seria criado um banco de projetos que forneceria informações precisas para o cadastro de propostas, o que daria maior celeridade ao processo de captação de recursos e garantiria melhor aproveitamento dos recursos públicos e melhor qualidade e funcionalidade as obras públicas, garantindo melhor atendimento às necessidades da população.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Portal De Convênios. Disponível em:
<<https://www.convenios.gov.br/siconv/>>

BRASIL. Portal Da Transparência. Disponível em:
<<http://www.portaltransparencia.gov.br/glossario/DetalheGlossario.asp?letra=t>>. Acesso em 04 março 2017

BRASIL. Senado Federal. **Manual de obtenção de recursos federais para os municípios. 2012.** Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/385453>> Acesso em: 10 set. 2015.

GIL, Antônio Carlos (2002). **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4.ed. São Paulo: Atlas.

GIOVANNI, A. **A captação de recursos federais via sistema de convênios na gestão municipal.** In: VIIENPPEX, 2011, Campo Mourão - PR. Anais VIIENPPEX, 2011.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade_ **Fundamentos da metodologia científica.** 5.ed_ São Paulo: Atlas, 2003.

PRATES, PRATES, ADAMI, LENTINO, BARREIRO, SOUZA, **A captação de recursos e o poder local.** Revista virtual textos e contextos, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO. Disponível em:<<http://www.piquetcarneiro.ce.gov.br/secretaria.php?sec=6>>. Acesso em: 21nov.2016.

RUDIO, Franz Víctor. **Introdução ao projeto de pesquisa científica.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SELLTIZ, Claire et al. **Métodos de pesquisa nas relações sociais.** São Paulo: Herder,1967.